

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Ionara da Paixão Tavares Nascimento
Universidade Cândido Mendes-UCAM

Gleydson da Paixão Tavares
Universidade Cândido Mendes-UCAM

Resumo: A escola é uma instituição social que deve estar preparada para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, para efetivamente cumprir seu papel principal que é a formação do cidadão. A organização do trabalho pedagógico de uma unidade de ensino depende da elaboração de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que atenda aos níveis político e administrativo, que reflita a realidade e atenda às reais necessidades da escola e que tenha como princípios flexibilidade, integração, autenticidade e sistematização. Este estudo analisa o projeto político pedagógico a partir da visão dos professores de uma instituição pública de ensino. A abordagem da pesquisa é de cunho qualitativo e de natureza aplicada, pois, os conhecimentos produzidos poderão servir para a solução de problemas específicos do objeto do estudo. Os dados foram coletados através de ferramentas quali-quantitativas, por meio da transcrição de um questionário estruturado, composto por 10 questões, aplicado a professores que atuam no segundo segmento do ensino fundamental, de uma escola da rede pública municipal, do extremo sul da Bahia. Os resultados da pesquisa revelaram que apesar dos professores terem consciência da importância do projeto político pedagógico, precisam ter uma maior compreensão do papel do PPP na unidade de ensino.

Palavras-chave: Escola. Professor. Projeto Político Pedagógico.

Introdução

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que além de ser uma exigência legal para nortear a condução das atividades de uma instituição educacional deve principalmente retratar e contemplar os anseios e necessidades dos atores envolvidos neste processo.

Nessa perspectiva Rios e Cária (2011), explicam que como recurso pedagógico é o documento ora discutido que deverá direcionar as ações dos docentes na sala de aula. Em virtude disso, Veiga (2001, p. 11) postula que a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar características tais como:

- Ser processo participativo de decisões;
- Preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- Conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Deste modo, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento de incontestável importância para o reordenamento escolar tendo em vista o planejamento e a execução das ações na instituição de ensino, visando principalmente uma educação de qualidade e acessível a todos. Contudo, para que possa ser plenamente concretizado, requer compromisso dos indivíduos que fazem parte da comunidade escolar e das instituições que atuam sobre escola, objetivando modificações positivas na realidade social.

Gama e Figueiredo (s.d) explicam que o planejamento é mecanismo de sistematização das ações escolares e vai do espaço físico às questões de avaliação e a aprendizagem.

Para Ney (2009), a escola é uma instituição organizada hierarquicamente, em três níveis distintos, quais sejam: o primeiro nível, representado pela equipe gestora; o segundo, composto pelos profissionais que possuem chefias intermediárias, tais como o coordenador pedagógico, o supervisor e o orientador educacional, além dos funcionários da secretaria escolar. Fica a cargo desses profissionais o planejamento curricular, o planejamento de ensino-aprendizagem e planos setoriais. Já o terceiro nível ou nível operacional é composto pela equipe de docente e de demais profissionais da escola, os quais são responsáveis pela execução do planejamento estratégico escolar elaborado pela gestão e pelos auxiliares intermediários. Ao docente compete a elaboração do plano de aula, fundamentado nos planos de curso, que por sua vez são provenientes do planejamento curricular.

Este trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos professores de uma instituição pública de ensino do extremo sul da Bahia em relação ao projeto político pedagógico da escola onde atuam.

Considerações a respeito do projeto político pedagógico

Segundo explicam Rios e Cária (2011), o Projeto Político Pedagógico tem várias finalidades e uma delas seria assegurar o papel transformador da escola, da educação. A esse respeito, Vasconcellos (2004), pondera que, de fato, compete a esse documento transformar a realidade e resgatar o potencial da coletividade.

Trata-se de um documento único, de modo que cada escola deve construir o seu e não copiar aleatoriamente de outra unidade escolar. Na ótica de Tavares (2009 apud RIOS e CÁRIA 2011), o PPP é construído considerando a realidade da comunidade de entorno da escola, a cultura das comunidades das quais os alunos são oriundos, de modo que a metodologia de ensino e os conteúdos adotados na escola correspondam aos anseios desses sujeitos.

Vê-se, portanto, que o Projeto Político Pedagógico da escola contribui para que a ela se defina, estabeleça suas metas e seus objetivos. Gadotti (2000), ao tratar do assunto, comenta que um projeto político-pedagógico não exclui o instituído da escola que é a sua história, nem o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta o que a escola era e o que ela pretende ser diante das mudanças ocorridas na sociedade. O referido autor pontua também que não cabe só aos professores, coordenadores pedagógicos e diretores a construção do projeto pedagógico, mas que numa gestão democrática ele é construído pelos membros da escola e pelos membros da comunidade de seu entorno, representados pelo Colegiado Escolar.

Para Veiga (2001), o Projeto Político Pedagógico deve se apoiar em alguns princípios norteadores para que tenha legitimidade tanto na escola, quanto nas instituições às quais a unidade de ensino responde. Os princípios que devem nortear o PPP precisam estar ligados aos princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita. Quais sejam:

1. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
2. Qualidade para todos, não levando em conta o perfil socioeconômico do aluno - a qualidade que se busca implica as dimensões formal ou técnica e a política;
3. Gestão democrática - esse princípio compreende as dimensões pedagógica, administrativa e financeira da instituição de ensino. Tem em conta também a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão em que envolvem o espaço escolar;

4. Liberdade - entendida nesse contexto como uma ideia de autonomia, que consiste na divisão da responsabilidade sobre a construção do PPP entre todos que fazem parte da comunidade escolar formada por gestores, professores, funcionários e alunos;
5. Valorização do magistério. Esse princípio é um ponto importante dentro do PPP, considerando que os objetivos do ensino e da aprendizagem passam pelo professor, e sendo assim, a qualidade do trabalho docente depende da formação inicial e continuada que o professor apresenta. Além disso, a escola deve oferecer condições de trabalho e recursos adequados para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem em seu espaço.

Sendo assim, conforme Veiga (2001), os princípios norteadores visam garantir a viabilização da aplicação do PPP no espaço escolar. No entanto, nem sempre o que é proposto no papel se efetiva na dinâmica da escola, na realidade.

Apesar de toda comunidade escolar participar da construção do Projeto Político Pedagógico, trataremos apenas de dois atores de importância singular: o gestor escolar e o professor. O primeiro por ser a pessoa que lidera a escola e a quem compete instaurar um clima de participação, de construção coletiva do PPP e do planejamento educacional. O segundo por ser a pessoa que também elabora e efetiva o PPP em sala de aula por meio da seleção de conteúdos e dos métodos de ensino.

Segundo a LDB, o diretor ou gestor escolar deve ser um articulador dos integrantes da equipe que deve trabalhar em prol do desenvolvimento e crescimento dos alunos, além de direcionar estratégias de deliberação de ações, direitos e deveres (BRASIL, 1996).

Um gestor escolar tem como sua principal função, na administração, liderar a todos com competência, visando manter no ambiente escolar atividade harmoniosa, participativa e produtiva, além de saber delegar e acompanhar as tarefas cotidianas com ponderação, para transformar a teoria em ação.

Na percepção de Alonso (1988), um bom administrador ou um bom gestor escolar é aquele que compreende o conjunto organizacional, ou seja, a escola como uma realidade global; que consegue adaptar a escola às novas exigências sociais, que decide de modo racional, tomando como parâmetro para suas decisões, informações providas das mais variadas fontes.

Cabe ao gestor escolar administrar os recursos da unidade de ensino (materiais, financeiros e de pessoal) de modo a assegurar o alcance das metas e objetivos propostos no Planejamento

Político Pedagógico. É também de sua responsabilidade estimular e possibilitar aos professores à participação na construção do PPP para que de forma democrática possam retratar neste documento o que a instituição de ensino pretende desenvolver e que cidadão deseja formar.

Por outro lado, segundo comentam Cardoso e Toscano (2011), o professor exerce, no contexto escolar, uma atividade de mediação pedagógica. Essa mediação tem como meta possibilitar a ampliação da cultura do aluno a fim de que este possa intervir de modo crítico em sua realidade e através da interação com outros indivíduos, modificá-la.

Diante do exposto, observa-se que o papel do professor é intencional, é político, jamais neutro. Ele atua de modo a fornecer mecanismos para que o aluno se aproprie dos saberes científicos, dos conhecimentos construídos historicamente.

Cardoso e Toscano (2011) ao tratar do papel do professor, explicam que o foco da mediação deste não é o conteúdo curricular por si só, mas o uso do pensamento para aprender, a fim de que os saberes discutidos não sejam uma mera lembrança, mas se torne uma informação que o aluno não esqueça e que seja útil em seu cotidiano.

Para que isso ocorra, porém, Moysés (1995) apoiada nas ideias de Vygotsky considera que tudo aquilo que o aluno vai aprender na escola precisa ser planejado, sistematizado e intencionalmente conduzido pelo professor. E essa condução intencional requer o domínio do conteúdo teórico e de estratégias eficazes que ajudem os discentes a reelaborarem com sua própria linguagem as informações às quais estão tendo acesso.

Em virtude disso, Cardoso e Toscano (2011, p.3) declaram ser extremamente importante que haja “uma ação pedagógica consistente” e “bem fundamentada teoricamente” para que o docente venha a exercer de modo satisfatório o seu papel de mediador.

O planejamento na perspectiva da educação

Planejar é um ato que está presente a todo o tempo e em diversas ações que o ser humano desenvolve no cotidiano. Sob essa perspectiva, Leal (2006, p. 01), afirma que o planejamento é um processo que requer “organização, sistematização, previsão e decisão” com o intuito de garantir a eficiência e eficácia de uma ação que seja desenvolvida em menor ou maior nível.

Assim como o planejamento está presente em variadas esferas da sociedade, com o setor educacional não seria diferente. A esse respeito, Leal (2006), informa que o planejamento escolar possui um caráter político e pedagógico, pois traz em seu bojo intenções e finalidades, uma vez que explicita o que a escola tenciona realizar e o que pretende alcançar.

Dessa forma, por conta de ser um espaço de gestão, é necessário que os profissionais envolvidos no processo educacional planejem as ações que desejam executar, haja vista que as atividades desenvolvidas no cotidiano escolar não são aleatórias, nem executadas ao acaso. A prática escolar deve ser organizada e sistematizada. É através do planejamento que se estabelecem as diretrizes de ensino, as competências e habilidades que se espera que os alunos desenvolvam, bem como os métodos a serem utilizados para se alcançar esse fim.

O docente ao integrar-se com a equipe educacional, deve procurar conhecer os valores da escola, seu Projeto Político Pedagógico e tentar articular sua visão educacional à proposta da instituição de ensino. Sendo assim, seu planejamento educacional deve convergir com a visão da unidade escolar o qual está vinculado.

De acordo com Ney (2009), o professor que entra na sala sem um planejamento educacional se assemelha a uma pessoa que entra numa selva sem bússola ou mapa. A pessoa entra com coragem, mas possivelmente se perderá durante o percurso e começará a andar em círculo, de modo que sem a ajuda externa jamais conseguirá sair da floresta e achará que todas as árvores são iguais. Assim se porta o professor que adentra em sala de aula sem ter feito um planejamento.

Não planejar é desrespeitar as diretrizes educacionais, pois conforme preconiza o artigo 13 da LDB 9.394/96 compete aos professores à responsabilidade de elaborar, executar e propor o planejamento de ensino.

Vê-se que a legislação educacional acima citada estabelece algumas atribuições de responsabilidade do professor. Ao docente compete participar da construção do PPP da escola, elaborar seu plano de trabalho em consonância com o Projeto Político da unidade de ensino onde atua, se comprometer com o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, cumprir sua carga horária anual, participar dos momentos de planejamento e estabelecer seu programa de ensino.

Observa-se, então, que o planejamento serve como uma guia para orientar o trabalho docente. Contudo, ele não é imutável, ao contrário, pode e deve ser revisto visando ajustar à necessidade de cada turma ou algum imprevisto que ocorra ou ainda em decorrência da dificuldade de algum aluno com um determinado conteúdo ou metodologia adotada pelo professor.

O professor no processo ensino-aprendizagem

A sociedade contemporânea é produto de um contexto histórico e social. Assim também é a docência enquanto profissão. Pressões ideológicas contemporâneas determinam e realizam o controle sobre ela. A docência é uma atividade instigante e complexa onde é imperativo que o professor se aperfeiçoe continuamente com o propósito de aprender, indagar, inovar e investigar sobre como e por que ensinar. O seu fazer requer uma organização para o alcance dos seus objetivos.

De acordo com Farias et al. (2009), a educação na perspectiva de Paulo Freire é um processo de humanização de sujeitos, ou seja, o aluno chega a escola não apenas para adquirir conhecimentos técnicos, mas construir-se enquanto pessoa. Nesse processo, o professor é o mediador, mas isso não significa dizer que ele já está pronto, acabado, antes o professor se faz e refaz no dia a dia em sala de aula. Para Freire o professor aprende ensinando e ensina enquanto aprende. Isso não significa dizer que o professor não seja ou não deva ser um profissional. Ao contrário, o professor é um profissional e, como tal, precisa se apropriar de saberes especializados para executar com máximo de qualidade suas atribuições.

A história nos revela que o conhecimento pedagógico é determinado por discursos científicos dominantes a exemplo do tecnicismo e o construtivismo, dentre outros, ou seja, o fazer docente atende às tendências sociais de um dado momento histórico. Assim, observa-se que as estruturas de poder é quem detém o controle sobre o trabalho docente, definindo assim os saberes e os espaços de formação relacionados ao seu desenvolvimento profissional.

Entretanto, Martins (1995 apud LARCHERT 2012, p.74) estabelece que o professor deve ensinar “o que é significativo sobre o mundo, a vida, a experiência existencial, as possibilidades de mudança, o trabalho, o passado, o presente e o futuro do homem”.

Enfim, a atuação do professor em sala de aula é influenciada pela sua identidade profissional, de como ele vê a si próprio. E esse modo de perceber a si próprio se evidencia na forma como o professor prepara suas aulas, escolhe a metodologia, os materiais e recursos para serem usados.

O modo como o professor se porta na escola, na sala de aula depende de sua formação acadêmica, de sua história de vida, de sua personalidade, pois o docente é uma pessoa e como tal é dotado de sentimentos, vontades, ideologias, valores morais, crenças. Todas as facetas de sua identidade enquanto pessoa determinam que pessoa ele será em sala de aula. Vale destacar que a identidade do professor não é um dado imutável, nem externo, que possa ser adquirido como uma vestimenta. É um processo de construção do sujeito historicamente situado (FARIAS et al., 2009).

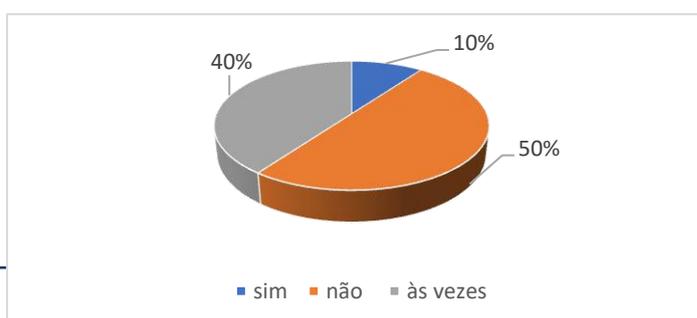
Metodologia e análise dos resultados

A abordagem desse trabalho foi realizada através de uma pesquisa quantitativa e pelo procedimento metodológico exploratório, através da aplicação de um questionário. A amostra foi constituída por 10 professores que atuam no segundo segmento do ensino fundamental, de uma escola da rede pública municipal, do extremo sul da Bahia. As análises dos dados coletados foram realizadas através de categorias estabelecidas previamente embasadas pelo referencial teórico e das respostas evidenciadas pelos sujeitos pesquisados.

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada a pesquisa por intermédio da aplicação do questionário estruturado, composto por dez questões, das quais foram priorizadas três.

Quando os sujeitos foram questionados se o projeto político pedagógico é revisto e desdobrado no decorrer do ano para atender alguma necessidade, obteve-se os seguintes resultados conforme gráfico 1:

Gráfico 1 – Desdobramento do Projeto Político Pedagógico



sil, v. 6, n. 6, p 1741-1753, 2017.

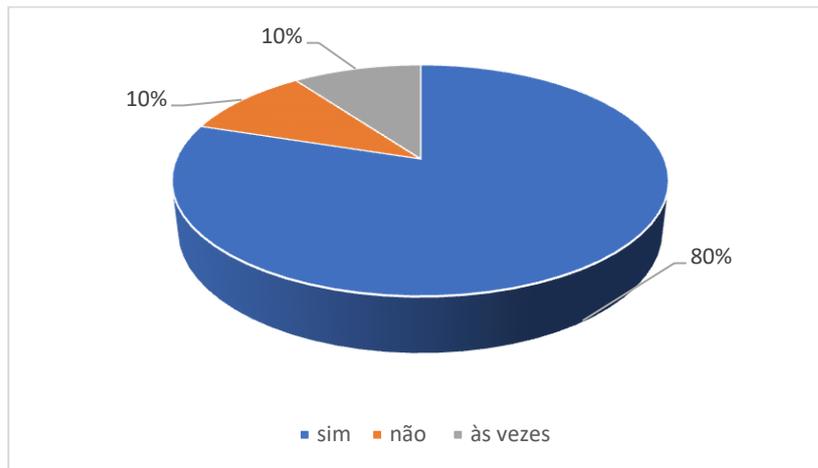
Fonte – Escola Pública Municipal do Sul da Bahia
Nota – Pesquisa realizada pela própria autora

Os resultados revelaram que 50% dos professores responderam que o Projeto Político Pedagógico não é revisado e nem desdobrado para atender alguma necessidade no decorrer do ano, 40% indicaram que somente às vezes e 10% sinalizaram que sim.

À luz do que comenta Sobrinho (1994 apud LARCHERT, 2012), podemos definir o planejamento, como um processo no qual se busca equilíbrio entre meios e fins, recursos e objetivos visando à melhoria do funcionamento do estabelecimento do sistema educacional. Esse planejamento é flexível e pode ser modificado, pois, a realidade da escola é dinâmica e nem sempre o previsto é passível de ser executado. Na ótica de Vasconcellos (2004), o planejamento pode ser definido como um processo de reflexão visando à tomada de decisões.

Ao analisar se um PPP mal elaborado pode impactar negativamente no direcionamento da escola, constatou-se os seguintes resultados, conforme gráfico 2:

Gráfico 2 – Impactos do PPP mal elaborado



Fonte – Escola Pública Municipal do Sul da Bahia
Nota – Pesquisa realizada pela própria autora

A pesquisa apontou que 10% dos professores disseram que não, 80% informaram que sim e 10% evidenciaram que às vezes. Observa-se que a grande maioria dos docentes tem clareza dos impactos negativos que um PPP mal elaborado pode provocar. Na perspectiva de Ney (2009, p.11), considerando-se a especificidade do tipo de organização que é a escola, o ideal seria a adoção do Planejamento Operacional, o qual consiste em “ações planejadas” que “facilitam e organizam o trabalho”, além do “monitoramento e acompanhamento deste”.

Ainda em relação a essa questão, solicitou-se que os docentes justificassem suas respostas. Dos 80% que responderam positivamente, destacam-se as seguintes assertivas:

- “- Porque são metas a seguir. Se não acontece não dará certo”.
- “- Sim, pois se o objetivo é a melhoria da instituição, se mal elaborado prejudicará ao invés de ajudar”.
- “- Toda meta a ser traçada deverá ser cumprida”.

Dos 10% que sinalizaram negativamente a questão, destaca-se a seguinte afirmação:

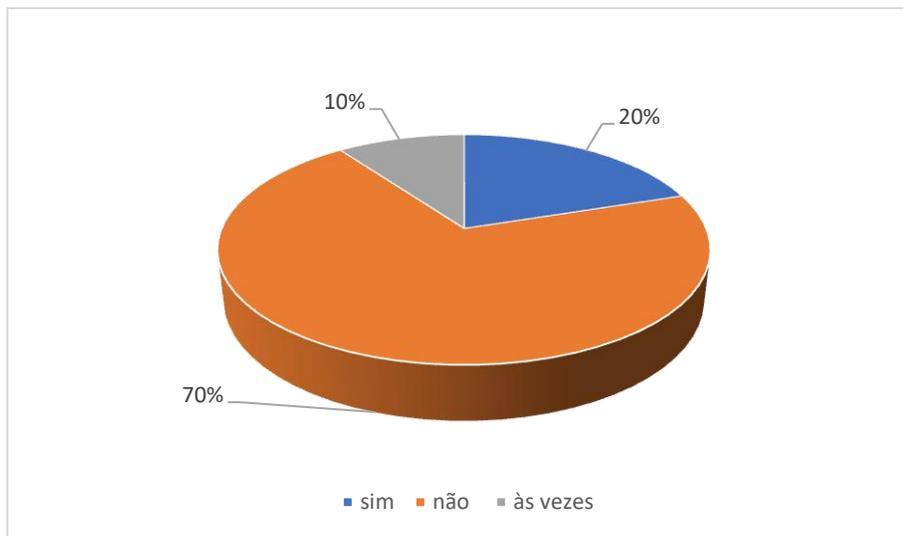
- “- Nada acontece então não vale a pena ter”.

Por fim, dos 10% que responderam que às vezes um Projeto Político Pedagógico mal elaborado pode impactar negativamente no direcionamento escolar, destaca-se:

“- Não há participação de todos”.

Ao se questionar se na escola de atuação do pesquisado o PPP é elaborado apenas para cumprir uma exigência burocrática ou é um instrumento, verdadeiramente, norteador do processo educacional, obteve-se, conforme gráfico 3:

Gráfico 3 – PPP como exigência burocrática ou instrumento norteador



Fonte – Escola Pública Municipal do Sul da Bahia
Nota – Pesquisa realizada pela própria autora

Os dados revelaram que 20% dos sujeitos responderam que sim, que é apenas para cumprir aspectos legais, 70% sinalizaram que não, e 10% responderam que às vezes. Observa-se que a maior parte dos professores evidenciou que na escola o PPP cumpre o seu papel que é sinalizar às diretrizes na condução das ações escolares.

Considerações finais

O contexto educacional está passando por diversas mudanças. Inúmeras políticas públicas estão sendo desenvolvidas pelo Governo Federal visando à melhoria da educação. Dentre outras,

podem ser citadas às que se referem ao Programa Nacional de Formação de Professores - PARFOR, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC e a Programas de acesso ao Ensino Superior como o PROUNI, o SISU, o Programa de Quotas, etc. A implementação dessas políticas pelo governo exigiu dos atores envolvidos um amplo planejamento para assegurar o cumprimento das metas e dos objetivos propostos.

Gama e Figueiredo (s.d) citando Martinez e Oliveira (1997, p. 11) compreendem o planejamento como,

Um processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis a fim de alcançar objetivos concretos em prazos determinados e em etapas definidas a partir do conhecimento e da avaliação científica da situação original.

Os resultados desse estudo revelaram que grande parte dos professores compreende que o Projeto Político Pedagógico estabelece as diretrizes de organização do trabalho administrativo-pedagógico da escola e não deve ser apenas elaborado para atender uma exigência burocrática. Além disso, demonstraram que os docentes têm consciência da importância do PPP para a unidade de ensino.

Foi possível verificar também, a partir dos dados apresentados, que a grande maioria dos professores percebe que o Projeto Político Pedagógico, não é revisado e nem desdobrado no decorrer do ano para atender às necessidades que se apresentam. Padilha (2001) afirma que o planejamento, em sua concepção mais profunda, envolve uma multiplicidade de ideias. Não se constitui, contudo, numa fórmula mágica que solucione ou mude a problemática a ser resolvida e, por isso, não deve ser entendido como algo pronto, imutável, definitivo.

Portanto, apesar de os professores terem consciência da importância do Projeto Político Pedagógico, precisam ter uma maior compreensão do papel do PPP. Neste sentido, é de responsabilidade do gestor da instituição educacional desenvolver uma gestão com liderança, buscando sempre integrar a comunidade escolar para o estabelecimento de um trabalho harmonioso, eficiente e profícuo. Na percepção de Alonso (1988), um bom administrador é aquele que compreende o conjunto organizacional, ou seja, percebe a escola como uma realidade global; que consegue adaptar a instituição de ensino às novas exigências sociais, que decide de modo

racional, tomando como parâmetro para suas decisões, informações providas das mais variadas fontes.

Referências

ALONSO, Myrtes. **O papel do diretor na administração escolar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/96. Disponível em: <www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 08 ago. 2017.

CARDOSO, Leila Aparecida Assolari e TOSCANO, Carlos. **A mediação pedagógica na sala de aula**: O papel do professor na construção do conhecimento. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais Subjetividade e Educação – SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5829_2776.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de Farias; SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco; BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho Braga; FRANÇA, Maria do Socorro Lima Marques. **Didática e docência aprendendo a profissão**. Brasília: Liber Livro, 2009, p.55-69.

GADOTTI, Moacir. et al. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GAMA, Anailton de Souza, FIGUEREDO, Sonner Arfux de. **O planejamento no contexto escolar**. (s.d) Disponível em:<<http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao04/pdf/05.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2012.

LARCHERT, Jeanes Martins. **Organização do trabalho escolar**. Ilhéus: Editus, 2012.

LEAL, Regina Barros. Planejamento de ensino: peculiaridades significativas. **Revista Iberoamericana de Educación**, p. 1-7, 2006(?). Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/1106Barros.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

MOYSÉS, Lúcia Maria. **O desafio de saber ensinar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

NEY, Antônio. **Planejamento Educacional**. Rio de Janeiro: Instituto A vez do Mestre, 2009.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

RIOS, Denise Marques; CÁRIA, Neide Pena. **O professor e o projeto político pedagógico da escola**. 2011. Disponível em: < <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/o-professor-e-o-projeto-politico-pedagogico-da-escola-4954159.html> > Acesso em: 30 ago. 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 12. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2004.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.